

MEMÓRIAS DE UM TAMBORILEIRO: VIDAS CRUZADAS

Carlos Adelmar FERREIRA *7

INTRODUÇÃO

O trabalho pretende resgatar parte da memória histórica da Força Pública, hoje Polícia Militar (PM), particularmente, em relação ao 3º Batalhão de Polícia Militar do Interior (3º BPMI), antes denominado 3º Batalhão de Caçadores (3º BC), sediado em Ribeirão Preto, abordando aspectos da vida cotidiana da unidade, que, normalmente, não são considerados pela História Oficial.

A presente pesquisa teve como ponto de partida um sargento, agora identificado como tamborileiro, por ter tocado tambor na Banda de Corneteiros e Tamborileiros do 3º BC, hoje denomina Banda de Música, atento observador do que se passava à sua volta, talvez influenciado por seu pai, um memorialista, autor do livro “Ribeirão Preto de Outrora”. Desse modo, procurou-se situar a personagem dentro do seu contexto histórico, acompanhando-a desde o nascimento, em 1925, sua infância, adolescência, até a aposentadoria em 1967. Perpassou-se toda sua carreira profissional, partindo do ingresso na corporação, a experiência de recruta, os batalhões nos quais serviu, as impressões sobre vários acontecimentos marcantes na sua vida e na da comunidade onde trabalhou, a influência da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Segunda Grande Guerra no dia-a-dia, a participação em comemorações históricas, a exemplo do Dia da Vitória em Batatais.

Através do aludido miliciano e de seus contemporâneos procurou-se resgatar a vida na caserna e as ações dos comandantes, traduzida na criação de órgãos internos, na tentativa de compensar os baixos salários percebidos pela tropa, a exemplo de açougue, sapataria, alfaiataria, armazém reembolsável, farmácia, barbearia e grupo de saúde (Centro Social Regional), todos extintos e desconhecidos pelos novos integrantes. Tropa compreende os praças, que integram dos graus hierárquicos mais baixos (de soldado até subtenente). Além da compensação salarial, a medida também objetivava contribuir para reduzir as tensões e ansiedades no ambiente de trabalho. Ademais, tinha

*Pós-graduação em História, Cultura e Sociedade no Centro Universitário Barão de Mauá; Pós-graduação em Psicologia Social na USP; Curso de Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Barro Branco; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e Curso Superior de Polícia no Centro de Formação e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo ; graduação em Ciências Sociais e em Estudos Sociais no Centro Universitário Barão de Mauá, Ciências Econômicas e Administração de Empresas no Centro Universitário Moura Lacerda e Ciências Jurídicas e Sociais na UNAERRP. Pesquisador de História Militar. Consultor de Segurança Pública Municipal.

a vantagem de aproveitar as habilidades do indivíduo, que, em alguns casos, utilizava os seus próprios equipamentos sem receber qualquer contrapartida monetária. A prestação de serviço tinha como contrapartida o pagamento de taxa irrisória, como afirmaram todos, descontada do salário do beneficiário e aplicada em melhorias e adequação das instalações do quartel. Já a barbearia era gratuita. .

Outros serviços foram criados na época ou pouco depois com o propósito de propiciar a autossustentação da unidade militar, economizando dispêndios e suprindo carências difíceis de serem atendidas com as verbas estaduais. Dentre eles podem ser citados a oficina de concerto de máquinas de datilografia, a carpintaria, a oficina mecânica, o posto de abastecimento de combustíveis e a sessão de manutenção e reparos. Alguns deles foram abolidos, outros mudaram de designação, adaptando-se aos novos tempos e necessidades.

Os fatos objetos deste estudo compuseram o dia-a-dia dos milicianos, mas, como de hábito, não foram abrangidos pela história oficial, por serem considerados de pouca relevância. Todavia, permitem identificar como eles viviam, relacionavam-se dentro do aquartelamento e os reflexos exercidos sobre a vida pessoal e familiar. Cogita-se que o aparecimento de tais serviços seria herança da forte cultura militar que gerou a instituição.

Dentre o grupo de serviços voltado especificamente para o homem, o antigo Centro Social Regional (CSR), outrora uma cooperativa interna de saúde, transformou-se na atual Assistência à Saúde da Família Policial Militar (APAS), entidade civil sem fins lucrativos, que ora detém mais de cinco mil associados. O CSR surgiu para enfrentar as graves dificuldades resultantes do deslocamento de pacientes da família do policial ou ele próprio para a capital do estado para consulta médica, realização de exames, tratamento de doença ou mesmo internação hospitalar. O familiar era encaminhado para o Hospital da Cruz Azul de São Paulo, fundado em 1925. Por seu turno, os policiais eram conduzidos ao Hospital Militar (HM). Tendo em vista os problemas de comunicação e transportes de então, é possível aquilatar os benefícios propiciados pela aparição do CSR.

O serviço de barbearia era bastante amplo e ajustado às rígidas exigências do uso de cabelos sempre curtos. Desse modo, havia três locais distintos para o atendimento dos diferentes círculos hierárquicos, no caso, dos oficiais (um barbeiro), dos subtenentes e sargentos (dois barbeiros) e dos cabos e soldados (dois ou três barbeiros). O critério de atendimento era por ordem de chegada, todavia, tinha precedência o grau hierárquico

em se tratando de cabo, subtenente, oficiais superiores e intermediários na barbearia do respectivo círculo.

Nos anos 1980, as barbearias foram fundidas em uma única e, posteriormente, repassada para um barbeiro civil, que cobrava preço módico em relação ao praticado pelo mercado.

A alfaiataria foi fechada em 1976, quando da aposentadoria do seu último profissional. No início, operava com quatro alfaiates, dois deles entrevistados. Funcionava de acordo a ordem da formulação do pedido, devidamente anotado em caderno, sendo eventualmente atendido pelo profissional preferido pelo cliente, não prevalecendo o grau hierárquico, segundo os argüidos. Eles garantiram que os uniformes eram sempre bem maiores do que as medidas dos policiais e precisavam ser totalmente reformados; também recebiam encomendas para a confecção de roupas civis, em especial, para os oficiais, que demandavam a feitura de terno. Recordaram que, na década de 1960, durante o regime militar, costurou-se uniforme para o comandante da unidade local do Exército Brasileiro, que se mostrou satisfeito ao ponto de lá comparecer para manifestar o seu agradecimento.

Fundou-se a oficina mecânica para atender à pequena frota de veículos, paulatinamente, ampliada diante do aumento do número de automóveis. Em dado momento, face à alta demanda, a repartição chegou a trabalhar em período integral ou sistema de plantão. Atualmente, o concerto dos veículos é praticamente feito em oficinas particulares, exceto a manutenção básica

No antigo quartel da Rua São Sebastião havia um pequeno posto de abastecimento de viaturas oficiais. Quando da mudança para as atuais instalações da Avenida Paschoal Innechi, o posto foi expandido, recebendo vários tanques de armazenamento, adequando-se ao exponencial crescimento da frota. Ainda permanece por ser considerado estratégico para a ininterrupta manutenção fluxo do policiamento independente dos humores externos.

O açougue era abastecido com produtos fornecidos pelo tradicional Frigorífico Oranges ou outros abatedouros, sendo certo que, àquela época, não havia rigor quanto à inspeção sanitária dos matadouros. O valor das aquisições era debitado nos salários dos clientes, necessariamente policiais.

O armazém reembolsável vendia basicamente todos os produtos disponíveis nos armazéns de então, especialmente, gêneros não perecíveis. Lá eram encontrados arroz, feijão, carne seca, batata, bacalhau, óleo, etc. Apenas os policiais poderiam efetuar

compras. Foi extinto em meados da década de 1960, em face de surgimento de boa rede de mercados a preços competitivos de acordo com o depoimento do comandante que cerrou suas portas e outros argüidos.

A sapataria foi criada em maio de 1960, aproveitando a profissão exercida por um dos recrutas do último Curso de Formação de Soldados, conhecido como escolinha, realizado no 3º Batalhão de Caçadores. Segundo esse recruta, o preço de calçado era elevado e o seu conserto igualmente dispendioso. Ele recebia encomendas de milicianos e familiares e empregava os seus próprios apetrechos sem nada ganhar em troca. O movimento era muito intenso, tomando todo o período de expediente, então das 7 às 13 horas. Com o fechamento da sapataria e a criação do Destacamento do Canil, em meados da mesma década, resolveu se habilitar para o novo serviço, indo freqüentar curso em São Paulo.

A oficina de concerto de máquinas de datilografia foi extinta na mesma época, bem antes da introdução das máquinas eletrônicas na administração. O policial que ali trabalhou herdou o apelido de maquinista, mantido até os dias atuais. Muitos utilizam tal codinome mesmo desconhecendo-lhe a origem. A finalidade da oficina era também de ordem econômica, pois o Batalhão se eximia de desembolsar os seus poucos recursos financeiros disponíveis para o pagamento desse serviço fora de suas dependências.

O 3º BPMI também dispunha de uma Sessão de Manutenção e Reparos, composta por pedreiro, eletricista, encanador com a finalidade de, como o próprio nome indica, proceder a pequenos consertos no prédio. Todavia, a equipe dessa sessão foi empenhada em tarefas bem mais ambiciosas como a adequação e ampliação das instalações e construção de uma quadra de esportes, providencial para o cotidiano do quartel. Afinal, ali se desenrolaria parte da vida social da milícia, através da prática de esportes e atividades físicas. Posteriormente, funcionou como veículo de integração com a comunidade, sendo cedida para uso do público.

Todos esses serviços eram extra-oficiais, porém, havia outras atividades que concediam plena autonomia ao quartel, dentre elas, o serviço de comunicações e a Formação Sanitária Regimental (FSR), constituída de enfermaria, gabinete médico e gabinete odontológico. A tropa era atendida dentro da caserna sem necessidade de encaminhamento aos locais similares. Os serviços médicos e odontológicos eram realizados por profissionais da corporação, sendo os casos emergenciais enviados para rede local ou para o Hospital Militar (HM) da capital, via transporte férreo.

O Coronel Médico Paulo Horst foi o construtor do Hospital São Paulo, antigo Hospital dos Acidentados. Testemunhas afirmam tê-lo visto pondo “a mão na massa”, atuando como um dos artesões.

Outra manifestação do nível da autonomia da Força Pública está representada no modo de remunerar os seus quadros profissionais. Coletou-se o depoimento de um dos executores do sistema, no caso, um tenente Tesoureiro. Em 1946, mensalmente viajava de trem de Bauru para a capital, acompanhado por um soldado. Nas recém-inauguradas instalações do estatal Banco do Estado de São Paulo (BANESP), retirava o pagamento dos cerca de quinhentos homens de sua unidade militar, botando-o em uma sacola de lona. Em seguida, deslocava-se de bonde até a região da Estação da Luz, retornando à cidade de origem. Durante a viagem de regresso, no vagão restaurante e sob as vistas dos demais passageiros envelopava os salários dos oficiais e dos efetivos das quatro companhias do 4º Batalhão de Caçadores (4º BC). Em Bauru, cobria a pé o percurso de cerca de 20 minutos, que separava a estação de trem do seu quartel, carregando a referida mala. Segundo ele, idêntico procedimento era adotado pelos tesoureiros dos demais batalhões da capital e interior.

O pagamento do salário do pessoal era realizado em espécie no próprio aquartelamento, inclusive para os aposentados. Em cidades menores, a entrega do soldo era feita no Destacamento Militar, cujo comandante retirava a massa salarial dos seus comandados na Coletoria Estadual da localidade, atestando o ato. Nesse sentido foram encontrados vários recibos assinados pelo comandante do Destacamento de Bonfim Paulista, o mais antigo deles datado de 1921.

Na década de 1950, o sistema foi modificado. O montante dos ordenados passou a ser sacado em dinheiro vivo na Coletoria Estadual ou Banco do Brasil, quando aquela não dispunha de numerário suficiente. Mas, a tropa prosseguiu recebendo seu soldo na caserna. Somente nos primeiros meses de 1968, o pagamento passou a ser feito diretamente nas agências bancárias estatais, o que demandou uma mega operação. Dada a inaptidão de as agências de atenderem com pessoal próprio, receberam reforço de policiais treinados.

Até essa ocasião, poucos milicianos operavam com bancos, não tendo sequer conta corrente. As compras eram pagas em espécie ou mesmo pelo sistema de aquisição por caderneta, onde eram lançados os débitos relativos a cada aquisição e a quitação de dívidas anteriores.

Nas entrevistas, o nosso tamborileiro fez menção à grande parte desses fatos, na qualidade de vigilante observador. Disse ter utilizado dos serviços em pauta, bem como, percebido o soldo da maneira explanada, não sabendo adiantar pormenores ou detalhes pertinentes aos demais atores dos vários processos.

O tamborileiro rememorou a influência da Revolução Constitucionalista de 1932 em sua infância. Na oportunidade, estudava na Escola Fábio Barreto, de Ribeirão Preto, então Segundo Grupo, que serviu de Quartel General das tropas mineiras de ocupação. Em conseqüência, teve os estudos suspensos até 1933. Lembrou-se das patrulhas de soldados invasores percorrendo as ruas de Ribeirão Preto descalços, portando fuzis. Revelou um episódio através do qual o seu genitor formulou queixa ao comandante dos invasores, em razão de alguns deles jogarem sinuca no estabelecimento de sua propriedade sem a necessária paga, sendo prontamente ressarcido.

Outro acontecimento vivo em suas lembranças foi a Segunda Grande Guerra. Na época, longas filas se formaram junto à prefeitura de Ribeirão Preto para que as pessoas receberem produtos racionados. Do conflito mundial, contou as alegrias suscitadas pela comemoração do Dia da Vitória, em Batatais, como integrante da Banda de Música do 3º Batalhão de Caçadores, ali então sediado. Os festejos atraíram grande multidão, que, em êxtase, compôs o alegre cortejo que desfilou pelas ruas centrais da cidade. As janelas e calçadas das casas ficaram apinhadas de gente que, em um coro uníssono, continuamente entoou a Canção do Expedicionário, tudo debaixo de intenso foguetório. Na ocasião, os soldados carregavam archotes, cujo fogo clareava tudo ao redor, projetando sombras humanas nas paredes, que pareciam fazer malabarismos e piruetas.

Corroborando a fala do tamborileiro, uma senhora, que quando adolescente a tudo assistiu, afirmou que, dias após os primeiros festejos, o povo, autoridades batataienses e a tropa do batalhão receberam um grupo de oito ex-combatentes. Da estação de trem, onde os pracinhas foram aguardados, o séquito seguiu em passeata até a prefeitura, encabeçado pela Banda de Música e a tropa em marcha, acompanhado e aclamado pela multidão. Os heróis de guerra caminharam de braços dados com as mais destacadas senhoras da sociedade, lideradas pela primeira dama. Na prefeitura receberam homenagens.

Sobre os presos políticos recolhidos ao quartel do 3º BPMI, nos primeiros momentos do golpe militar de 1964, o tamborileiro não teceu maiores consideração, afirmando apenas ser o grupo composto de profissionais liberais de destaque na sociedade e que seu papel limitou-se a efetuar o serviço de guarda do prédio. Outros entrevistados foram mais

assertivos, ressaltando que os presos teriam sido bem tratados. A edificação não oferecia conforto, mas eles receberam a deferência de poderem se alimentar no refeitório dos oficiais e de receber comida preparada pela respectiva família.

O comandante da época afirmou que, na noite do dia da libertação, como sinal de reconhecimento pela hospitalidade, os presos prepararam uma festa surpresa no salão nobre da unidade militar, com a presença das famílias. Acrescentou ter com eles mantido boas relações de amizade.

O tamborileiro permitiu que fosse reproduzido todo seu acervo de fotografias históricas, algumas raras e bastantes significativas, contendo cenas de tropas do 3º BPMI das décadas de 1930 até 1960, figurando em várias delas.

O veio militarista da Polícia Militar decorreu de opção política dentro de um contexto histórico bastante diverso do atual. Quando se chamava Corpo Municipal Permanente participou da Guerra do Paraguai, para onde enviou todo o seu contingente. Em seguida foi recriada com a denominação de Corpo Municipal Provisório, outra vez enviando seus efetivos para a guerra.

Nos primórdios da República, os governos provinciais procuraram dispor de força militar própria, fortemente armada e adestrada, como forma de persuasão e proteção contra as freqüentes ameaças de intervenção federal. A tradição militar encontra-se fortemente plasmada no imaginário da corporação por ter participado ativamente de numerosas guerras e revoluções. Entre elas vale mencionar a Guerra do Paraguai, a Segunda Guerra Mundial, Revolta de Canudos, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata e Revoluções de 1922, 1924, 1930 e 1932. No Século XIX, desenvolveu o processo de colonização da região de Palmas, estado do Paraná, então 5ª Circunscrição da Província de São Paulo, atuando na pacificação de índios, possibilitando o restabelecimento da rota de comércio entre o Sul e São Paulo.

METODOLOGIA

Trata-se de trabalho de História Oral embasado em catorze entrevistas pessoais gravadas em aparelho mp4, sendo com treze policiais reformados (aposentados) e uma com esposa de miliciano, todos situados na dentro da faixa etária de setenta a noventa anos, contemporâneos do tamborileiro. Embora seus colegas de trabalho, os policiais exerciam especialidades distintas.

As entrevistas foram previamente marcadas e concretizadas na residência ou local de trabalho das pessoas, contendo perguntas abertas, muitas não programadas de modo a

deixar o interlocutor à vontade. Os entrevistados foram mencionados durante as entrevistas com a personagem principal ou com as demais e localizados com baixo grau de dificuldade, através de associações de classe ou da PM.

Um dos responsáveis pelo aperfeiçoamento do sistema de pagamento da Polícia Militar foi entrevistado de forma eletrônica, por meio do Messenger do Hotmail. A personagem completou suas colocações com a remessa, também via eletrônica, de textos por ela produzidos.

As entrevistas foram complementadas com consultas a fotografias, documentação oficial e a alguns assentamentos individuais, que consistem em uma pasta contendo informações pertinentes à vida profissional da pessoa, como assuntos de natureza disciplinar, feitos, cursos realizados, transferências de unidades, atividades desenvolvidas, etc.

A interpretação e análise dos discursos seguiram o método qualitativo, dedutivo e indutivo, conforme o caso. Foi procedida análise comparativa entre os conteúdos dos discursos e dos documentos.

O 3º Batalhão de Polícia Militar do Interior franqueou o acesso a toda documentação existente no local denominado Arquivo Morto. Apesar disso, enfrentou-se grande dificuldade do encontro de documentos relativos aos serviços em tela por não serem considerados de relevância histórica, motivo pelo qual são normalmente incinerados, após o prazo legal de cinco anos de arquivamento.

Temos a intenção de aprofundar a realização desta pesquisa, o que demandará em tempo e esforços extras. Ademais, há a intenção de ampliá-la, abrangendo policiais militares pertencentes aos mais elevados postos da corporação, visto que a presente está voltada para os escalões ou estratos hierárquicos mais baixos.

OBJETIVOS

Resgatar parte da memória histórica da Polícia Militar, antes denominada Força Pública, especialmente, o cotidiano do quartel, que não é abrangido pela história oficial, mais centrada no que ela considera fatos de maior relevância.

Até a década de 1960, nas grandes cidades do estado, a Força Pública tinha praticamente todo seu efetivo aquartelado. Esse *modus operandi* fez com que a vida da caserna ganhasse uma forte dimensão em termos de relacionamento interpessoal, mesmo em uma contextualidade de disciplina extremamente rígida. Nesse ambiente de proximidade, o comandante sentia precisão de amenizar as necessidades mais prementes

dos subordinados, particularmente os praças. Era imperioso que se buscasse mantê-los ocupados, bem como, que se cuidasse de suas carências, em face dos sempre baixos salários percebidos. A criatividade e autonomia dos comandantes do Batalhão de Ribeirão Preto ensejaram surgimento de serviços que aproveitassem as habilidades dos seus integrantes, a exemplo de açougue, armazém reembolsável, sapataria, alfaiataria, barbearia, centro social regional, oficina de concerto de máquinas de datilografia, etc. Esses órgãos foram extintos e atualmente são desconhecidos dos integrantes da milícia, estando sujeitos a perder para sempre essa memória, posto não serem cobertos pela história oficial e em razão da escassez documental. Portanto, resta apenas a reminiscência daqueles que viveram e praticaram essas experiências, todos hoje situados na faixa etária superior a setenta anos.

RESULTADOS FINAIS

Verificou-se o quanto era forte o sistema de relações interpessoais e de camaradagem no seio dos efetivos da Força Pública, hoje Polícia Militar, uma instituição então eminentemente militarizada e aquartelada, em especial, nas grandes cidades do estado, onde tinha a incumbência da repressão aos distúrbios civis, atuação em greves e a possibilidade de convocação para guerra. Paralelamente, era empregada na guarda de estabelecimentos públicos e prisionais e no policiamento de eventos esportivos, compartilhando esta última atividade com a Guarda Civil, porém, sendo-lhe reservada apenas a parte mais “espinhosa”, isto é, sujeita a enfrentamento com o público. Nas cidades de menor porte procedia a todas as atividades de policiamento.

Durante as entrevistas, independentemente de serem estimulados, os interlocutores fizeram referências à disciplina rigorosa vivenciada no passado, apontando-a como contraponto à atual. Mesmo aqueles provenientes dos estratos hierárquicos inferiores não deixaram de apoiá-la, inclusive de forma entusiástica. Um deles, que serviu como soldado, classificou-a como algo “espetacular”. As manifestações denotam sentimento carregado de saudosismo e desaprovação ao arrefecimento do rigor.

Os serviços produzidos dentro do quartel podem ser divididos em dois blocos distintos. De caráter social, o primeiro objetivava compensar os baixos salários da tropa, criando o açougue, a barbearia, a alfaiataria, o armazém reembolsável, a farmácia e o Centro Social Regional, na busca de reduzir a ansiedade, as carências, ocupar positivamente e melhorar o ambiente de trabalho, valendo-se sempre das habilidades do policial militar.

A prestação desses serviços tinha como contrapartida o pagamento de taxa de reduzido valor pelo beneficiário, posteriormente, aplicadas em melhorias e adequação das instalações do quartel, revertendo em favor dos seus usuários. O segundo bloco tinha o escopo de garantir a autonomia de funcionamento do Batalhão, economizando dispêndios e suprimindo carências, compreendendo a oficina de concerto de máquinas de datilografia, a carpintaria, a oficina mecânica, o posto de abastecimento de combustíveis. Alguns deles foram abolidos, outros mudaram de denominação e incorporaram novas atribuições, adaptando-se aos tempos presentes.

Além disso, o 3º BPMI detinha outros serviços que lhe garantiam a autossustentação, dentre os quais o de comunicações, a oficina mecânica, a sessão de manutenção e reparos, e o de rancho, que abarca a cozinha, onde os alimentos são preparados, e os refeitórios, onde as refeições são servidas, que, a exemplo da barbearia, são separados por círculo hierárquico: cabos e soldados, sargentos e subtenentes e oficiais.

A autonomia parece decorrer do caráter militar da entidade. Como tal professa a doutrina de que a instituição precisa estar estrategicamente preparada para enfrentar situações emergenciais, restando pouco dependente de fatores externos. Curiosamente, esse era também um traço característico do castelo medieval e da sociedade da América Colonial Portuguesa, cujas casas e engenhos eram praticamente espaços autônomos. Os donos desses últimos se orgulhavam da autossuficiência, dizendo que só necessitavam importar sal e pólvora. Por seu turno, as casas senhoriais, mesmo durante o Império, de tudo produziam para atender as suas necessidades. O traço cultural nos remete à experiência relatada por Frei Vicente do Salvador, na terceira década dos anos 1600, quando o bispo da Bahia aportou no Brasil. Na ocasião, o clérigo mandou adquirir em Salvador frango, peixe e ovos para se alimentar. Nada encontrando, surpreso, teve que se contentar em pedir e obter esses produtos e outros mais em casas particulares.

A presente pesquisa se ateve ao cotidiano da caserna da Polícia Militar, que à medida que a sociedade brasileira foi se tornando mais complexa e exigindo uma instituição policial mais ativa e participante, foi perdendo a característica genuinamente militar, mesclando a estética militar ao exercício da atividade policial. Sua participação no policiamento deu-se de forma paulatina, notadamente, a partir do ocaso da década de 1940, com o fim das guerras e freqüentes revoltas internas, que demandavam uma corporação treinada para a contenção e o combate.

Outra modificação significativa deu-se, em 1970, durante regime militar, quando a Força Pública e a Guarda Civil foram unificadas, dando origem à Polícia Militar,

abalizando o início de nova fase de um ainda maior comprometimento com a atividade de policiamento.

A redemocratização do país promoveu expressivas mudanças na PM com o escopo de atenderem aos novos processos suscitados por uma sociedade crescentemente complexa. Nesse passo, a adoção do Policiamento Comunitário sugere espelhar o espírito destes tempos, que tramaram contra a tradicional autossuficiência, forjando o desaparecimento ou adequação dos serviços abordados. A própria arquitetura dos quartéis se alterou, tornando-os mais abertos e visíveis ao olhar da sociedade.

Com efeito, esta investigação está longe de ser concluída, devendo prosseguir tendo em vista a existência de bom número de pessoas a entrevistar, assim como, de material a ser explorado.

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter. A Escrita da História. São Paulo: Editora UNESP, 1992

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Manual de História Oral. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.